



Câmara Municipal de Jundiaí
São Paulo

REQUERIMENTO AO PLENÁRIO Nº 2.432

Informações do Executivo sobre área localizada no Jardim Novo Horizonte.



A área localizada no Jardim Novo Horizonte, conforme descrita na certidão anexa, foi desapropriada para instalação de emissário de esgoto, passando, então, a integrar o patrimônio público municipal.

Diante desse fato,

REQUEIRO à Mesa, na forma como dispõe o Regimento Interno, sob consideração do duto Plenário, solicite-se que o Sr. Chefe do Executivo informe à Casa:

1. A posse da referida área foi destinada à DAE S/A – Água e Esgoto ou ao Município?
2. Houve mudança de posse na extinção do Departamento de Águas e Esgotos-DAE, em conformidade com o Decreto nº. 17.638, de 28 de dezembro de 1999?

Sala das Sessões, 17/09/02.

JOÃO FERNANDO CHAVES RODRIGUES

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL

1.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE JUNDIAÍ - S.P.

matrícula

fls/a

-15.615-

-01-

Jundiaí 04 de junho de 1980.-

REQUEI: - Uma gleba de terras, contendo uma casa, com a área de 69.450,00 metros quadrados, designada por gleba nº 3, no Sítio do Pósta, bairro Rio Abaixo, nessa cidade, dentro das seguintes medidas e confrontações: - "enquanto no marco C, cravado na margem da estrada Municipal que liga o Rio Rio Abaixo a Itupava, na confrontação com terras da gleba nº 2 de Nicôla Lourençon; daí, segue confrontando com a referida estrada numa distância de 102,11 metros até o marco D; daí, abandona a referida estrada desviando a esquerda com o rumo de 02° 33' NE a distância de 686,38 metros, confrontando com o quinhão nº 04 de Lúiza Lourençon Barnardi, até o marco "0", cravado na margem esquerda do Rio Jundiaí; daí, desfaz-se à esquerda e segue confrontando com o referido Rio numa distância de 2.3,75 metros, até o marco P; daí, abandona o referido Rio, desviando à esquerda com o rumo de 02° 22' SW a distância de 720,62 metros, confrontando com a gleba nº 2, até o marco C, ponto inicial deste roteiro. - Cadastro do INCRA, sob nº 633.054.006.971.-

PROPRIETÁRIOS: - ALFREDO LOURENÇON, lavrador, e sua mulher ROSA CASTELLI-LOURENÇON, também conhecida por ROSA CASTELLI LOURENÇON, do prenúncio doméstico, brasileiros, casados pelo regime de comunhão de bens, antos da união nº 6.515/77, inscritos no círculo nº 147.524.848-20, residentes e domiciliados nesta cidade, no Bairro Taivá. - (Título aquisitivo: Transcrição nº 107.374). - Oficial Interino, *(Assinatura)*

* * * * * 15.615: - Em 04 de Junho de 1.980. - Por escritura de onça de abril de 1.980, de notário do 1º Tabelionato (Lº 523- Fls. 169), os proprietários ALFREDO LOURENÇON e sua mulher ROSA CASTELLI LOURENÇON, também conhecidos por ROSA CASTELLI LOURENÇON, brasileiros, casados pelo regime de comunhão de bens, antos da união nº 6.515/77, inscritos no círculo nº 147.524.848-20, residentes e domiciliados nesta cidade, a rua São Jundiaí, nº 640, Malote, pelo valor de R\$ 1.000.000,00. - O Escrivão, *(Assinatura)* (Quiz CARLOS FERRANTI). - Oficial Interino, *(Assinatura)*

CERTIDÃO:

CERTIFICO FÉ CÓPIE QUE A PRESENTE COPIA É REPRODUÇÃO AUTÔNOMA DA FOLHA QUE SE REFERE, EXTRATO NOS TERMOS DO ART. 19, § 5º, DA LEI nº 6.016, DE 13 DE JULHO DE 1974.

JUNDIAÍ 07/06/80

O OFICIAL

1.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

[ANEXOS

OSMAR PEREIRA DA SILVA
OFICIAL INTERINO

RUA SANTO DE JUNDIAÍ, 999 FONE 434-0648

Emol.	80,00
S. Esp. Verba	16,00
T.A. Verba	12,00
	CR\$ 108,00

ANEXO DO REQUERIMENTO AO PLENÁRIO N° 2.432

154

VARGINHA IIPRIMEIRO CARTÓRIO DE NOTAS E OFÍCIO DE JUSTIÇA
JUNDIAÍ - ESTADO DE SÃO PAULO

PALÁCIO DA JUSTIÇA

DR. ADRIANO DE OLIVEIRA.

PRAÇA TIBURCIO E. SIQUEIRA

FONES 434-5100-434-5162-CX. P. D

CARTÓRIO DE NOTAS
TABELIÃO MAXIMINO

Belo Claudio Lamboni

ESCRIVÃO

Gonçalves Oliveira
OFICIAL AMERICANO

ESCREVENTE AUTOMATICO

PRIMEIRO TRASEADO DA ESCRITURA DE

VENDA E COMPRA

Outorgantes Alfredo Lourençon e s/m

Outorgado CLÓVIS JOSE BAPTISTA

Valor Cr\$ 1.000.000,00

Livre de Notas N.º 529 / Fls. 168 / Data: 11.abril.1980

SAIBAM quantos esta publica escritura virem que, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos e setenta e oitenta ao(s) onze dia(s) do mês de abril do dito ano, nesta cidade e comarca de Jundiaí, do Estado de São Paulo, em Cartório;

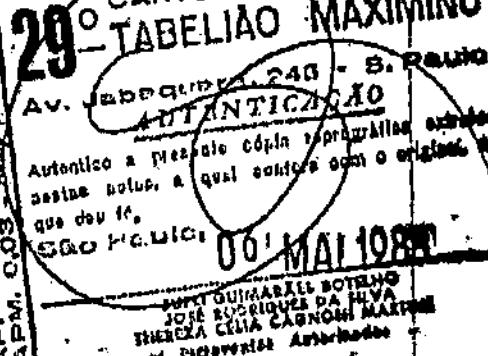
perante mim, Escrivão e as duas testemunhas adiante nomeadas e no final assinadas, compareceram partes entre si justas e contratadas a saber: de um lado, como outorgante(s) vendedor(es) ALFREDO LOURENÇON, lavrador, filho de Luiz Lourençon e Albina Lourençon e sua mulher dona Rosa Castelli Lourençon, também conhecida por Rosa Casteli Lourençon, de prendas domésticas, filha de João Baptista Castelli e Fermina Bernardinete, brasileiros, casados pelo regime de comunhão de bens, antes à vigência da lei 5515/77, inscritos no CPF sob nº 147.524.848/20 residentes e domiciliados nesta cidade, no Bairro Traviú; e, de outro lado, como outorgado comprador CLÓVIS JOSE BAPTISTA, RG 2.722.258-SP CPF 025.237.368753, brasileiro, contadora, casado pelo regime de comunhão de bens, antes à vigência da lei 5515/77 com Nelly Pinhata Baptista, residente e domiciliado nesta cidade, à rua Jacarandá, nº 640, Malota;

todos conhecidos do mim, Escrivão e das testemunhas referidas, do que dou fé. M. perante estas, pelo(s) outorgante(s) vendedor(es)

ANEXO DO REQUERIMENTO AO PLENÁRIO N° 2.432

efetivamente vendido têm, pelo preço certo e previamente convençãoado de Cr\$ 1.000.000,00 (UM MILHÃO DE CRUZEIROS)

que confessa(m) receber neste ato de(s) outorgado(s), em moeda corrente deste país que conta(m) e acha(m) exata da qual dá(ão) ao (aos) mesmo(s), comprador(es), plena, geral e irrevogável quitação do pago(s) e satisfeito(s) para nunca mais o repetir(em) e desde já transfere(m) toda a posse, jus, domínio, direitos e ações que exerceia(m) sobre os bens ora vendidos para que deles o(s) mesmo(s), comprador(es), use(m), goze(m) e disponha(m) livremente como seus que ficam sendo, obrigando-se o(s) vendedor(es), por si e seus sucessores, a fazer esta venda sempre boa, firme e valiosa, respondendo pela evição de "direito" quando "chamado(s)" à autoria. Sobre as penas da lei, declararam, que não se acham vinculados à quaisquer entidades previdenciárias e nem enquadrados na proibição contida no artigo 142 da Lei Orgânica da Prev. Social, bem como apresentaram-me CO sobr# 906.959, série C, válido até 21.04.80, expedido pelo IAPAS, representante local - MPAS - FUNRURAL, em 21.03.80, ficando arquivado nestas notas. Pelo outorgado comprador, ante as mesmas testemunhas me foi dito que aceitava a presente venda e cesta escritura em todos os seus expressos termos: "Guia's/nº modelo 1. Imposto Cr\$ 10.000,00. Autenticação mecânica da Coletoria Estadual local sob nº 126 aos 11.04.00". EM TEMPO. Declararam, ainda, as partes contratantes, como lhes faculta o art. 44 do Dec. Est. 203/72, que, assumem, como assumido têm, inteira e total responsabilidade pelo pagamento de quaisquer débitos de impostos, taxas ou tarifas incidentes sobre os bens gravatáveis.



ANEXO DO REQUERIMENTO AO PLENÁRIO N° 2.432

me foi dito que, a justo título o senhor(es) e legítimo(s) possuidor(es) de UMA GLEBA DE TERRAS, contendo uma casa, gleba essa -- com a área de 69.450,00 mts², (sessenta e nove mil, quatrocentos e cinqüenta metros quadrados) designada por Gleba nº 3 (tres) no Sítio do Posto, Bairro Rio Abaixo, nesta cidade, distrito, -- município e comarca de Jundiaí, la. circunscrição imobiliária, dentro das seguintes medidas e confrontações: "começam no marco "C", cravado na margem da estrada Municipal que liga o Bairro -- Rio Abaixo a Itupeva, na confrontação com terras da gleba nº 2 de Nicola Lourenço; daí, segue confrontando com a referida estrada numa distância de 102,11 metros até o marco "D"; daí, abandona a referida estrada defletindo à esquerda com o rumo de 029 33' NE a distância de 686,38 metros, confrontando com o quinhão nº 01 de Luiza Lourençon Bernardi, até o marco "0", cravado na margem esquerda do Rio Jundiaí; daí, deflete à esquerda e segue confrontando com o referido Rio numa distância de 123,75 metros, até o marco "P"; daí, abandona o referido Rio, defletindo à esquerda com o rumo de 029 22' SW a distância de 728,62 metros, confrontando com a gleba nº 02, até o marco "0" ponto inicial desse roteiro; imóvel esse havido por partilha e divisão amigável, conforme escritura de fls. 14 do Lº 57 das notas do Registro civil de Notas de Itupeva, peja importância de Cr\$ 16.067,44, devidamente transcrita sob nº 07.374, a fls. do Lº 3-CR do atual 1º Cartório de Registro de Imóveis local; cadastrado no INCRA -- sob nº 633.054.006.971;



que possuindo os bons acima descrito(s) livre(s) e desembargado(s) de quaisquer ônus, está(ão) justo(s) e contratado(s) para vendê-lo(s) a(s) comprador(es) outorgado(s) CLÓVIS JOSÉ BAPTISTA -----

ANEXO DO REQUERIMENTO AO PLENÁRIO N° 2.432

Assim o disseram e dou fé. A pedido das partes lavrei esta escritura, a qual feita e lhe(s) sendo lida: na presença das testemunhas, acharam-na conforme, outorgaram, aceitaram e assim com as duas testemunhas a tudo presentes e que são: Ivana De Vito, solteira, com 23 anos de idade e João Carlos Mangieri, casado, com 26 anos de idade, brasileiros, auxiliares de cantório, residentes e domiciliados nesta cidade, respectivamente, à Av. São João, 148 e -- Rua Cel. Leme da Fonseca, 231, meus conhecidos e das partes. Eu Terezinha Siqueira Moraes, escrevente, escrevi. E eu Cláudio Zambon Clemente, escrivão, subscrevi. Jundiaí, 11 de abril de 1980.

(ss) ALFREDO LOURENÇON // ROSA CASTELLI LOURENÇON // CLOVIS JOSÉ BAPTISTA // IVANA DE VITO // JOÃO CARLOS MANGIERI. Devidamente selada. Transladada a seguir. Eu [assinatura], subscrevo e assino em público e raso.



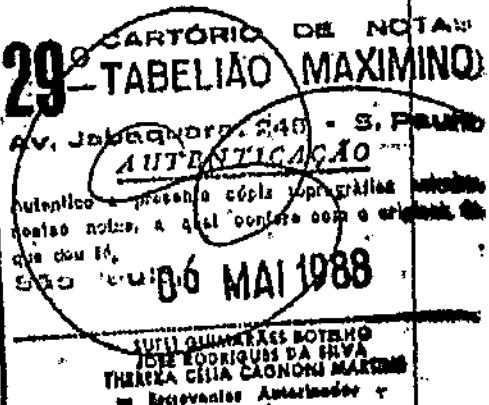
EMOLUMENTOS:

Tassa	3.750,00
VASJ	375,00
S. Est.	750,00
Total:	4.875,00

Em testo f da verdade.

dv

4,50	
TOTAL	
1.1.0	
0.000	
0.000	
EST.	
EWKA	



EXPEDIENTE



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

CÂMARA MUNICIPAL
DE JUNDIAÍ

Ofício GP.L nº 460 /2002
Processo nº 23.873-2/2002

036941 OUT 02 07 25 10

PROTOCOLO GERAL

Jundiaí, 04 de outubro de 2002,

DÊ-SE VISTA AO AUTOR

João Góes
Presidente
08/10/02

Excelentíssima Senhora Presidente:

Em atendimento ao que consta do Requerimento ao Plenário nº 2.432/2002, da lavra do ilustre Vereador João Fernando Chaves Rodrigues vimos, em resposta aos quesitos formulados, prestar a Vossa Excelência os esclarecimentos que seguem:

A área localizada no Jardim Novo Horizonte, antes denominado Bairro do Varjão, foi declarada de utilidade pública pelo Decreto nº 13.939, de 11 de fevereiro de 1994, para construção da Estação de Tratamento de Esgotos de Jundiaí.

Esclarecemos, ainda, que foi expedido Auto de Imissão na Posse nos autos da ação judicial de Desapropriação, movida pela então autarquia DAE - Departamento de Águas e Esgotos.

Por derradeiro, esclarecemos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

que os imóveis que se encontravam na posse por imissão judicial, com a extinção da autarquia, passaram à Municipalidade.

Sendo só o que tínhamos a informar, aproveitamos a oportunidade para reiterar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


MIGUEL HADDAD
Prefeito Municipal

Exma. Sr^a.
Vereadora ANA VICENTINA TONELLI
DD. Presidente da Câmara Municipal de Jundiaí
NESTA